

Conteúdo programático de prática processual - 9º semestre Matutino

1. Prática Processual Constitucional

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

No dia 03 de janeiro de 2021, você, advogado, no exercício das atribuições de defesa da saúde, foi procurado pela Sra. Maria das Graças, esposa do idoso Norberto Veloso, de 72 anos de idade, informando que este se encontra internado na Santa Casa de Belmonte, com indicação de transferência urgente para realização do procedimento médico de cineangiogramiografia, uma vez que o idoso é portador de quadro de angina instável.

Segundo as informações, o usuário está cadastrado na central de regulação da Macro-Oeste, através do programa SUS-fácil, com o nº 12345678, desde 01/04/2008.

Nada obstante, até o momento, apesar da gravidade e urgência do caso, não foi obtida a vaga e viabilizado o acesso do usuário ao serviço de saúde necessário para a solução de seu caso.

Segundo o médico que atende Sr. Norberto, o seu quadro clínico é de altíssimo risco e o mesmo pode evoluir para o óbito. O Ministério Público oficiou a autoridade coatora, Ilmo. Coordenador da Central de Regulação da Macro-Oeste, que se quedou inerte, mesmo possuindo a atribuição legal para garantir o acesso do idoso ao serviço de saúde. Como advogado, proponha a ação cabível.

2. Prática Processual Civil

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Em 30/6/2019, Tício ajuizou, com fundamento no Art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, ação monitória contra Mévio, visando satisfazer crédito no valor de R\$ 100.000,00, oriundo de confissão de dívida celebrada pelas partes, em 01/01/2014.

Após ser devidamente citado, Mévio opôs embargos monitórios, nos quais sustentou, preliminarmente, a prescrição da dívida. No mérito, defendeu, com base em farta prova documental, que tinha realizado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do crédito cobrado por Tício, razão pela qual haveria excesso na execução.

Após a apresentação de réplica, o MM. Juízo da Vara Cível do Forum Regional da Lapa proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar de prescrição arguida por Rafael e intimou as partes a se manifestarem sobre quais provas pretendiam produzir. Com base nesse cenário, responda aos itens a seguir.

- A) O MM. Juízo da Vara Cível da Comarca Regional da Lapa acertou em rejeitar a preliminar arguida em contestação?
- B) Qual é o recurso cabível contra a parcela da decisão que rejeitou a preliminar de prescrição?
- C) Elabore o recurso.

3. Prática direito internacional

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

“É o direito internacional público uma espécie de direito? Essa natureza do direito internacional público tem sido desafiada por dois argumentos. O primeiro afirma que não há um poder central mundial com atividades típicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O segundo destaca a inexistência de uma sociedade internacional que compartilhe efetivamente valores de forma ampla e consensual. Apesar desses argumentos, verifica-se que os Estados nacionais não vivem de forma isolada, eles interagem com a comunidade internacional por meio de tratados, da globalização das atividades laborais e econômicas, bem como criam entes de direito supranacional, que buscam, como no MERCOSUL, a integração e a proteção de determinados valores compartilhados mundialmente.

O casamento realizado no exterior gera efeitos no Brasil, pois o fato jurídico é um só no mundo todo e o Registro do ato não é condição de sua validade, mas apenas de regularidade e de prova. Isto é, se não for registrado no Brasil, ainda assim o casamento será válido. Embora não exista uma norma legal esclarecendo os efeitos que esse ato do exterior produz no Brasil, a jurisprudência e a doutrina apresentam a solução.”

Considerando os textos acima como referência inicial, o item subsequente apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com a doutrina e a legislação pertinente:

Youssef, muçulmano nacional do Iraque, casado com Fatima, Aysha, e Samira, que trabalha em construtora brasileira na Arábia Saudita, trouxe toda a sua família para o Brasil e, aqui chegando, desejou cadastrar, no INSS, suas esposas como suas dependentes na qualidade de cônjuges. Nessa

situação, segundo o direito brasileiro, a pretensão de Youssef poderia ser satisfeita com a homologação judicial dos casamentos realizados no Iraque, pelo STF? Justifique sua resposta com no mínimo 1 página.

3.2.– Atividades externas

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Comum Civil**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante**.

- Assistir a 02 (duas) sessões de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva **Direito Civil e Processo Civil**, mediante preenchimento de relatório, contendo, se possível o número do processo.

4. Estágio 40 horas

- Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatórios, ou comprovação de realização de Estágio externo por meio de Termo de compromisso de estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas de estágio.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

1) Travertino Rocha foi vencedor em certa ação que lhe resultou em crédito de R\$5.000,00. Agora pretende ele obter o pagamento deste montante frente ao devedor, Otairino Medalha. Como advogado de Travertino promova a medida correta para que ocorra o pagamento almejado.

2) No início de um ano eleitoral, o Congresso Nacional aprovou e promulgou uma emenda constitucional suprimindo a alínea “a” do inciso II do §1º do art. 14 da Constituição e alterando o §2º

do mesmo dispositivo, que passaria a ter a seguinte redação: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros, os analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.” Ocorre que, no intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação da proposta (PEC) no Senado Federal, o Presidente da República havia decretado intervenção federal num determinado Estado da federação. Diante da dúvida generalizada a respeito do direito de voto dos analfabetos na eleição que ocorreria naquele ano, o Procurador-Geral da República houve por bem ajuizar ADI contra a referida emenda constitucional. A esse respeito, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso. a) Uma emenda constitucional pode ser objeto de ADI? b) Há inconstitucionalidade formal ou material na emenda em questão?

3) Sebastian Coe foi informado de que órgãos de inteligência governamentais possuem arquivos com registros de suas atividades cívicas. Curioso quanto ao seu conteúdo, requer o imediato acesso aos registros. A autoridade competente indefere, aduzindo ser segredo de Estado. Nos termos da Constituição Federal elabore o instrumento de controle judicial passível de utilização ao caso concreto.